

RESOLUÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CCDR-N

No decurso da apresentação dos principais resultados e conclusões da

“Avaliação das Quantificações e Características Físico-Químicas dos Resíduos Depositados nas Antigas Minas de São Pedro da Cova, Gondomar”

17 Março 2011

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) instaurou um processo de avaliação destinado a proceder à caracterização dos resíduos provenientes da extinta Siderurgia Nacional, depositados em aterro nas antigas minas de S. Pedro da Cova, sitas no concelho de Gondomar e avaliar o cumprimento das normas comunitárias e nacionais relativas à gestão de resíduos.

Esta iniciativa, confiada técnica e cientificamente ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), no passado mês de Outubro de 2010, verificou a existência de resíduos perigosos provenientes da extinta siderurgia nacional susceptíveis de serem depositados em aterro com tratamento prévio, o que não sucedeu no caso em apreço.

Dos resultados apurados no âmbito do referido processo de avaliação resulta que a tarefa pública de assegurar um destino final adequado aos resíduos provenientes da extinta Siderurgia Nacional, da responsabilidade do Estado Português, não se encontra realizada de acordo com as normas nacionais e comunitárias.

Tendo em consideração a elevada perigosidade dos resíduos depositados nas escombreyas das antigas minas de São Pedro da Cova e face às conclusões do estudo elaborado pelo LNEC, a CCDR-N determina o seguinte:

- 1.A comunicação imediata dos resultados e conclusões deste estudo às autoridades nacionais, regionais e locais, em matéria ambiental, saúde pública, inspecção e fiscalização, administração judicial e administração local;
- 2.A remoção integral dos depósitos de resíduos em causa, tendo em vista a sua transferência para um centro de tratamento e valorização de resíduos perigosos e a requalificação e protecção ambiental do lugar do aterro, em São Pedro da Cova, Gondomar;
- 3.A monitorização ambiental e piezométrica das águas subterrâneas na área envolvente do depósito, com vista à informação das populações e protecção da saúde pública.

As determinações supra descritas serão concretizadas em articulação com as entidades a quem o Estado Português cometeu a tarefa de assegurar um destino final adequado aos resíduos provenientes da extinta Siderurgia Nacional e com as demais entidades administrativas com competências de protecção e promoção ambiental, sob tutela do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT).

A protecção dos interesses ambientais em causa e a defesa da qualidade de vida dos cidadãos, que constituem a preocupação primordial da CCDRN, não prejudica o apuramento das responsabilidades que os resultados do processo em causa reclamarem.